

APRESENTAÇÃO

**TRANSLINGUAGEM, EDUCAÇÃO
LINGUÍSTICA CRÍTICA E LETRAMENTOS
NO SUL GLOBAL**

KLEBER APARECIDO DA SILVA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF, BRASIL
CNPQ, BRASIL

LEKETI MAKALELA
UNIVERSIDADE DE WITWATERSRAND, JOANESBURGO, ÁFRICA DO SUL

“Todos nós, possivelmente sem exceção, temos um papel ativo e singularmente importante a ser assumido e desempenhado com responsabilidade social para que possamos fortalecer as condições que constroem uma sociedade mais democrática, justa, equânime e pacífica [...]. O diálogo, como movimento político, econômico e sociocultural, apresenta-se como um recurso forte e potencialmente capaz de minar os fundamentos do autoritarismo e do pensamento hegemônico, porque, “com tudo que ele implica, nos lembra que ninguém pode permanecer como mero espectador ou curioso” diante dos dramas e disjunções de nossos tempos”

Rocha (2019, p.13)

Translinguagem, educação linguística crítica e letramentos - o que envolvem, o que constroem, de onde derivam e como são (re)formadas, são algumas das muitas questões que (inter)faceiam os campos de investigação da Linguística Aplicada Crítica e da Sociolinguística Decolonial (Antia; Makoni, 2023; Makoni; Kaiper-Marquez; Mokwena, 2022; Pennycook; Makoni, 2019; Rajagopalan, 2024; Severo; Makoni, 2023; Silva, 2024; Silva; Cobucci, 2024; Silva; Makoni; Pennycook, 2014). As pesquisas realizadas nesses campos ou esferas de investigação têm sido historicamente situadas a partir do Norte da Europa e da América do Norte e, conseqüentemente, têm-se baseado em quadros teóricos e epistemológicos ocidentais. Argumentamos que isso é imensamente problemático, uma vez que o que está ausente desse foco ocidental/norteado são as práticas linguísticas e os quadros de conhecimentos centrados nas línguas que existiram e continuam a emergir fora da Euro-América, nomeadamente, no que se designa por Sul Global.

O termo/constructo “Sul Global” tem múltiplas conotações, dentre elas geográficas e geopolíticas. Nestedossiê temático da Revista “Fórum Linguístico”, da Universidade Federal de Santa Catarina, “Sul Global” refere-se, em termos gerais, a pessoas, lugares e ideias que foram deixados de fora da grande narrativa da modernidade. Por vezes, poder ser utilizado para referir-se literalmente ao Sul, às regiões da América do Sul e de grande parte de África, por exemplo, que não fizeram parte da marcha ascendente do “progresso” econômico, social e político das nações mais ricas. Mais importante ainda, refere-se a histórias mais alargadas de exclusão e privação de direitos a nível global. Conseqüentemente, quando nos referimos ao Sul Global, concentramo-nos nas partes do mundo que têm sido objeto do colonialismo europeu desde o século XV e que constituem o chamado “mundo maioritário” (que abarca cerca de 80% da população mundial). Em contrapartida, o Sul Global é mais do que uma região geográfica. É também um termo político-econômico sinônimo de “terceiro”, “em desenvolvimento” / “subdesenvolvimento” ou áreas “marginalizadas” em todo o mundo. As noções do Sul Global podem referir-se aos pobres urbanos no hemisfério Norte e aos pobres rurais no hemisfério Sul; aos que lutam contra formas de preconceito racial, de gênero e sexualidade; aos que têm empregos precários em diferentes partes do mundo; e aos que não conseguem pagar os elevados custos das mensalidades nas universidades tanto no Norte como no Sul Global (Pennycook; Makoni, 2019).

Em outras palavras, “Sul Global” é diverso e plural e esta pluralidade tem impacto na (re)produção e circulação do conhecimento. Surge de um impulso a-teórico no “interesse de algum projeto, sonho, desejo, esperança, questão ou condição patológica” (Bade, 2021, p. 21). Por exemplo, num contexto africano, os estudos acadêmicos estão fortemente orientados para a África do Sul e não para outros contextos africanos, apesar de, em termos de recursos materiais, a África do Sul ser o país mais desigual do mundo. O mesmo se vivencia no Brasil. Quando se fala em “Brasil” se remete à produção científica-acadêmica das e nas regiões Sul e Sudeste que é, a nosso ver, o “Norte-Global” acadêmico brasileiro, mas não as regiões Norte, Nordeste e/ Centro-Oeste, que é o “Sul-Global”. Se a investigação sobre o Sul Global não for efetuada com cuidado, pode-se reforçar ainda mais a desigualdade de espaços como a África do Sul e Brasil. Em síntese, o termo “Sul Global” é uma ideia não isenta dos seus próprios desafios e contradições, e resulta frequentemente num “espaço hierarquizado” (Makoni, 2019, p. 149) que existe tanto em locais do Norte como do Sul. Conseqüentemente, com o foco na expansão desses espaços geográficos e político-econômicos, deriva uma mudança necessária das perspectivas do Norte usadas para entender os espaços do Sul para epistemologias e teorias criadas e derivadas das estruturas do Sul. Além disso, ao reconhecer que os saberes do Sul nascem na luta, alargamos esta proposta de modo a incluir as epistemologias nascidas durante a luta e que são um produto da luta.

Levando em consideração essas questões epistemológicas e ao (re)ler criticamente outros estudiosos/as que problematizam o constructo/conceito “Sul Global” (Silva e Leketi, 2025 - no prelo; Cusicanqui, 2010, 2019; Ndlovu; Leketi, 2020; Palomino, 2019; Rajagopalan, 2024; Silva; Cobucci, 2024; Silva; Keating, 2019; só para citar alguns/mas), muito do que temos vivenciado e publicado na Linguística Aplicada Crítica e na Sociolinguística Decolonial em nível global/ global baseia-se em noções ortodoxas de “boas práticas”, com pouca atenção aos fundamentos ideológicos e epistemológicos que, em primeiro lugar, deram origem a essas práticas sociais. Conseqüentemente, o conhecimento situado, nascido das filosofias platônicas e das ideologias de unicidade do período do Iluminismo europeu, tem invariavelmente obliterado as orientações indígenas e africanas em relação à língua, ao lugar dos indígenas/ africanos e à afirmação das identidades culturais das comunidades do Sul Global no mundo contemporâneo. Quando enquadrada nesta perspectiva, é necessário, portanto, recentrar a nossa sociologia do conhecimento não só para desafiar os paradigmas ocidentais/coloniais de unicidade (como se vê nos discursos sobre a língua, a raça, o gênero e letramentos), mas também para oferecer práticas panorâmicas e transformadoras sob a égide da fluidez, da flexibilidade e da complexidade, que definem os

princípios fundamentais das teorias, das epistemologias do Sul e das pessoas que elas representam. Ao desuniversalizar conceitos ocidentais como globalização e língua materna (Makoni; Pennycook, 2014), por exemplo, há uma oferta de complexidade paradigmática sobre língua, raça e sociedade (Severo; Makoni, 2023. Silva, 2024), que se estende para além de formas de saber, ser e agir previamente concebidas a partir de hegemonias ocidentais.

A partir de uma reflexão crítica dos artigos que fazem parte deste dossiê temático, nos indagamos: Que “Sul Global” é esse a que nós acadêmicos nos referimos? Percebemos, sentimos e vivenciamos, nas nossas experiências tanto no Brasil quanto em África – pois os dois editores deste dossiê são um brasileiro e um sul-africano – um movimento que tem sido caracterizado na literatura acadêmico – científica como “Sul Global” (*Global South*), que se alinha a uma perspectiva decolonial de (re)construção e disseminação dos conhecimentos e dos saberes. O linguista aplicado (crítico) indiano-brasileiro Kanavillil Rajagopalan (2023), da Unicamp, nos sinaliza e nos alerta de que o colonialismo foi muito mais do que um capítulo macabro na história da humanidade, ao longo do qual um grupo de nações europeias se auto outorgaram o direito de se lançar numa aventura predatória rumo a distantes povos da África, Ásia e América Latina, submetendo-os a inomináveis iniquidades e humilhações, sugando impiedosamente suas riquezas e deixando-os na penúria e total desamparo. O colonialismo tomou conta da mente dos povos (e adiciono também da mente de muitos/as linguistas aplicados/as, sociolinguistas e educadores/as) dentro do regime de escravatura, ainda que muitas vezes disfarçado com outros nomes e eufemismos engenhosos, ao qual os conquistadores os submeteram na sua incansável procura por bens alheios, movida pela ganância e pelo delírio desmedido de sua suposta superioridade moral e intelectual. E a seqüela mais gritante e danosa dessa lavagem cerebral à qual os povos dominados foram submetidos leva o nome de colonialidade (cf. Silva e Cobucci, 2024).

Contudo, Tânia Rezende, pesquisadora cerradeira de Sociolinguística, com ênfase em Cosmolinguística, afirma que a “[...] manutenção da geopolítica do conhecimento, com as atualizações contemporâneas, notensionamento polarizado de resistência, entre a colonialidade e a decolonialidade do poder, emerge desta enunciação metafórica Norte Global e Sul Global”. Essa enunciação metafórica, segundo a autora, continua sustentando a mentalidade moderna colonial, (i) ao bipartir o mundo em Norte e Sul, (ii) ao localizar no Sul Global, principalmente, os povos saqueados, pilhados, subalternizados e empobrecidos pelo Norte Global, e (iii) ao criar outras invisibilidades, outras raças, espécies, outros tipos e por definir e determinar filiações, que são os fundamentos do neoliberalismo (Mbembe, 2018).

Sendo assim, a nosso ver, a política de Estado para a educação escolar é neoliberal, do mesmo modo, ancorada na razão moderna, sustentada nas ideologias cristãs, coloniais escravagistas: é salvacionista, adaptativa e meritocrática; é tolerante, exige capacidade de superação e resiliência, sempre do/a diferente, sempre do/a outro/a. Sem condições adequadas de trabalho, os/as trabalhadores/as da educação se viram com gambiarras, como o suborno pedagógico. Entretanto, uma pedagogia freireana alicerçada na “pedagogia da autonomia”, “pedagogia do esperar”, e com uma compreensão horizontalizada e verticalizada das pedagogias das opressões e das violências, sejam elas físicas, mentais e/ou simbólicas, em diálogo na “educação inter/transcultural e no bilinguismo epistêmico, nos aponta possibilidades de acolher outras realidades educativas para abertura a outros mundos, outras cosmopercepções, com a generosidade do compartilhar saberes, sentimentos e espiritualidades em línguas diversas, em coaprendizagens, rumo à intercompreensão”.

O que apresentamos, problematizamos e defendemos nesta apresentação, corroborando o argumento de Rezende (no prelo), “é que nós não estamos no centro do mundo que a colonialidade maniqueísta inventou, tampouco estamos nas suas periferias ou margens”. Conforme afirma Rezende (no prelo) em uma mesa-redonda em que estivemos juntos na Unijuí, “[...] não nos situamos também no Sul Global que a decolonialidade, ainda maniqueísta, contrainventou, porque nos situaram nas margens ou nas periferias desse polo, mas nós não aceitamos esse lugar. Quem enuncia cria o lugar e posiciona os corpos nos lugares. Nós não enunciamos os lugares, mas não aceitamos que nossos corpos sejam posicionados pelos/as enunciadore/as dos lugares. As referências, de onde nós estamos tirando essas ideias e as posturas que as sustentam, vêm das vozes [...] de nossa ancestralidade cerradeira, que merecem respeito”.

Em síntese, a partir da nossa postura epistemológica e ontológica e de praxiologias do Brasil Central – África do Sul, para compreendermos a (inter)relação entre translanguagem, educação linguística crítica e letramentos, precisamos compreender que: i) “Sul Global” não é apenas uma definição geográfica, mas geopolítica, cultural e epistêmica; ii) “Sul Global” é um lugar discursivo, um lugar de produção de conhecimentos, plural e dialógico; iii) “Sul Global” não é só o “Brasil”, nem o “Brazil”, mas sim os “Brasis” – comunidades que foram colocadas e se mantêm à margem pela ausência de políticas públicas e políticas educacionais, a partir de diálogos e de pesquisas propositivas, plurais e críticas, visando a escutar atentamente essas comunidades, mentes e corpos que foram subalternizados e/ou perifêrizados, como, por exemplo, surdos/as, indígenas, imigrantes em crise e/ou negros/as. Que esta nova forma de (re)pensar e de (re)agir na Ciência da Língua(gem) possa ser a molapropulsora e/ou basilar pelos nossos pares na e fora das Instituições de Ensino Superior, pois precisamos fazer mais pesquisas “com” o Sul Global e “não mais sobre” o Sul Global. E para tal intento, precisamos de um (re) pensar glocal e um agir global. Este dossiê é composto de 13 (treze) artigos de pesquisadores/as de diferentes partes do Brasil e uma entrevista que foi realizada com o linguista aplicado sul-africano Leketi Makalela, da Universidade de Witwatersrand, África do Sul.

O primeiro artigo intitulado *Translanguaging from elsewhere: exploring a decolonial approach* é de autoria de Cláudia Hilsdorf Rocha (Unicamp) e Gitanjali (Universidade de Birmingham). Neste ensaio as autoras apresentam uma análise da translanguagem como uma abordagem teórica transformadora. Embora elas reconheçam a ampla gama de abordagens dentro do campo, argumentam-se a favor da existência de mais engajamento com Epistemologias do Sul para aproveitar todo o potencial disruptivo da translanguagem. Com base no conceito de Medina (2016) de falar de um outro lugar, as autoras argumentam que a translanguagem pode promover um movimento coletivo em direção à adoção de perspectivas além dos limites da lógica moderna/colonial. Assim, a translanguagem, segundo as autoras, emerge como uma ferramenta poderosa para desafiar a colonialidade e promover o engajamento com uma pluralidade de perspectivas e práticas linguísticas não hegemônicas.

A seguir, Fernanda Rubbo Kalil e Anamaria Welp, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com o artigo intitulado *Decolonial English teaching in southern Brazil: The Construction of a Syllabus through a Translanguaging Lens*, descrevem a construção conjunta do currículo de um curso de inglês como língua adicional para jovens adultos racializados e bilíngues emergentes, pertencentes a uma comunidade no sul do Brasil. O cenário de pesquisa é um projeto educativo para adultos desenvolvido por uma das autoras em parceria com uma Organização da Sociedade Civil localizada na comunidade. Um estudo de análise de necessidades foi realizado para mapear os perfis e interesses dos estudantes. Os dados foram gerados por meio das respostas a um questionário e da transcrição de duas rodas de conversa realizadas entre os membros da comunidade e as pesquisadoras. A análise dos dados resultou no currículo e planos de aula construídos de maneira translíngue e decolonial, destinados a indivíduos cujo bilinguismo foi negado pelo sistema formal de ensino. Os planos de aula visam fomentar usos dinâmicos e fluidos das práticas linguísticas dos estudantes. Finalmente, as autoras apresentaram o processo de construção do currículo e como a análise de necessidades foi realizada para perfilar temas relevantes para os estudantes e trouxeram contribuições significativas para a educação linguística de bilíngues emergentes racializados em contextos não formais de educação, com uma proposta alicerçada em uma pedagogia decolonial que promova a justiça social.

No terceiro artigo, Ana Cleide Santos de Souza – Payayá (Universidade do Estado da Bahia), Maria Paula Ávila (Universidade Federal da Bahia) e Yara da Paixão Ferreira (Universidade do Estado da Bahia), com o artigo intitulado *Multirreferencialidade: decolonizando a educação por meio da cultura e translanguagem*, abordam a translanguagem nos espaços multirreferenciais de aprendizagem (EMA), buscando compreendê-la como uma estratégia de afirmação desses espaços e de decolonização da educação por meio da valorização da cultura local. Segundo as autoras, a sociedade tem sido dominada por narrativas presentes na política e nas práticas de aprendizagem de caráter ortodoxo e epistêmico. Nesse contexto, as dinâmicas desses espaços multirreferenciais permitem decolonizar a educação ao promover diálogos inovadores nos diversos ambientes de formação. O texto justifica-se pela necessidade de reconhecimento das comunidades em condições de vulnerabilidade socioeconômica, destacando seus saberes e práticas que contribuem para a modelagem, construção e difusão do conhecimento. Assim, o olhar do analista cognitivo para esses espaços fortalece e fundamenta conceitos relacionados à análise cognitiva, polilógica e multirreferencialidade.

O quarto artigo é de autoria de Neide Higino da Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRI). O texto intitula-se *Colonialidade do poder e o preconceito linguístico* e visa reavaliar o livro *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno (2007) à luz da decolonialidade, a fim de observar como os mitos que estruturam o preconceito linguístico continuam funcionando para a manutenção de um conjunto de crenças que contribuem para legitimar a hierarquização das relações sociais no Brasil. Para isso, a autora assume como referenciais teóricos decoloniais. O livro analisado tem mais de 20 anos, está na sua 56ª edição e continua sendo um convite à desmitificação do conceito colonial de língua: instituição homogênea, imutável e universal. Em função do papel desempenhado pela obra, a autora estabelece uma comparação entre o discurso que a estrutura e as práticas decoloniais, a autora considera que o envolvimento de diferentes atores sociais é importante para o reconhecimento da diversidade linguística brasileira e, conseqüentemente, para uma educação linguística decolonial.

No quinto artigo, Rosimere Pereira de Albuquerque, Elisabeth Maria de Melo e Amanda José Dantas Silva, da Universidade Federal de Pernambuco, com o artigo intitulado *Construção de práticas antirracistas para a alfabetização em multiletramentos*, tem como objetivo relatar a experiência de uma roda de leitura vivenciada em uma escola da Educação Básica, com estudantes de uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental. A obra escolhida para tal momento, foi o livro infantil ilustrado *E pele tem cor?* de Fabiana Barboza e Ayodê França (2012), que aborda a temática do racismo de modo didático, a partir de uma reflexão que envolve o universo escolar e infantil: a cor da pele. A naturalização da diversidade reforça a ideia de que não somos iguais, mas somos importantes na constituição do todo. E, por ainda ser um problema social, as autoras defendem que a escola necessita promover ações para a reflexão e o combate ao racismo. Partindo da perspectiva da Pedagogia dos Multiletramentos, as autoras elaboraram uma oficina que tentou contextualizar a temática, explorando os quatro processos de aprendizagem: experienciando, conceitualizando, analisando e aplicando, defendidos por Lim, Cope e Kalantzis (2022). Além disso, para o momento de leitura, foi utilizada a perspectiva do Círculo de Leitura. As possibilidades de construção de significados da narrativa foram desenvolvidas por meio de uma abordagem alfabetizadora. Nesse sentido, foram vivenciadas situações para que as crianças refletissem sobre a relação entre fala e escrita. Por fim, os estudantes tiveram a oportunidade de serem agentes ativos e produtores de artefatos, com propósito interlocutivo (*designers*), tendo como base para sua produção a Multimodalidade e a Multimídia (jogo virtual, *Wordwall*).

O sexto artigo é de Lilian Abram dos Santos, da Unicamp. O artigo intitula-se *Letramentos acadêmicos, justiça epistêmica e políticas de permanência no Ensino Superior*. Este artigo aborda, inicialmente, a configuração atual do ensino superior para estudantes indígenas no Brasil, para, em seguida, destacar pontos em comum e os principais desafios nas políticas de permanência com foco em linguagem nas universidades brasileiras. A partir da docência em uma disciplina de letramentos acadêmicos, a autora procurou estabelecer um diálogo com outras políticas de permanência com foco na linguagem, pautando as relações entre letramentos dominantes e conhecimentos não hegemônicos. Na última seção deste texto, a autora narrou e analisou uma prática de letramento acadêmico, que teve como objetivo principal promover uma pequena brecha de justiça epistêmica ao incluir conhecimentos produzidos por jovens lideranças do Movimento Indígena.

O sétimo artigo é de Camila Alejandra Loayza Villena, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Isabella Mozzillo, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Letícia Fonseca Richthofen de Freitas, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), com o artigo intitulado *Revitalização Linguística em Comunidades Multilíngues: O Papel da Família na Manutenção das Línguas Indígenas*. Para tal intento, as autoras investigaram os motivos que levam os pais do povo indígena Leco de Apolo, na Amazônia boliviana, a escolher entre transmitir as línguas indígenas ou o espanhol para seus filhos. Utilizando uma abordagem metodológica qualitativa, descritiva, colaborativa e etnográfica, as autoras identificaram que tanto o deslocamento quanto a transmissão das línguas indígenas depende de fatores como valorização cultural, pressão social, educação e as experiências pessoais e coletivas. Esses achados destacam a interligação entre língua, identidade e cultura, fornecendo insights sobre as escolhas linguísticas e sua relação com estruturas sociais e identitárias. Além disso, a nosso ver, o estudo contribui para a compreensão das políticas linguísticas familiares em comunidades indígenas e suas implicações para a preservação das línguas indígenas e a promoção da diversidade cultural na Bolívia.

A seguir, Quélvia Souza Tavares, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e Lucivaldo Silva da Costa, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, com o artigo intitulado *Alfabetização letramento em contexto indígena: uma análise do livro XIKRÍN DO CATETÉ NHÔ PI'OK MARI MOKRAI KADJY NA JÀ*, busca tecer reflexões sobre o livro didático *XIKRÍN DO CATETÉ NHÔ PI'OK MARI MOKRAI KADJY NA JÀ*. O livro foi produzido por dois professores e pesquisadores indígenas da própria comunidade juntamente com um Professor Adjunto da Faculdade de Letras e Linguagem da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Objetiva-se neste artigo contextualizar e analisar a proposta de alfabetização e letramento desenvolvida para as crianças Xikrín do Cateté, que possuem uma realidade sociolinguística de monolinguismo na língua Xikrín, pertencente à família Jê, tronco Macro-Je. Para tal análise, as autoras lançaram-se mão das notas sobre a construção do livro, da teoria de alfabetização e letramento, e da teoria de letramento intercultural e intracultural. Por se tratar de um material didático pioneiro, pensado e desenvolvido pelos próprios agentes da comunidade, as autoras afirmam que o livro já se constitui como um ato de resistência à educação escolar assimilacionista, possibilitando a manutenção da língua e de aspectos da cultura tradicional, que têm sido invisibilizados no modelo de educação escolar vigente nas escolas das aldeias.

O nono artigo, intitulado *O uso de narrativas cosmológicas em sala de aula como estratégia de fortalecimento da língua Warao*, de autoria de Deywela Thayssa Xavier da Silva, da Universidade Federal do Pará e Ana Paula Barros Brandão, da Universidade Federal do Pará. Neste artigo, as autoras tem como objetivo discutir estratégias para o fortalecimento da língua Warao, falada em Belém, a partir do uso de narrativas cosmológicas em oficinas no ambiente escolar. A língua Warao, isolada, é falada pelo povo de mesmo nome, que originalmente habitava a região do Delta do rio Orinoco, na Venezuela. Para discutir sobre as políticas linguísticas e educacionais, as autoras utilizaram referenciais teóricos do Brasil e Venezuela. A pesquisa teve início a partir da preocupação com a transmissão das narrativas cosmológicas para as futuras gerações, que está ameaçada em razão de haver poucas pessoas com conhecimento dessas histórias. As autoras observaram que os indígenas estão inseridos em escolas da rede municipal da região metropolitana de Belém, conjuntamente com os não-indígenas, nas quais o ensino não contemplava uma educação multilíngue, com o uso e ensino da língua indígena.

A seguir, Tatiana Santos Oliveira, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, e Kátia Carvalho da Silva Rocha, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão, aparece o artigo intitulado *“Identidade e (re)existência indígena na literatura: a poesia de Márcia Wayna Kambéba em AY KAKYRI TAMA: Eu moro na cidade”, que* busca compreender como esses poemas funcionam como expressões que articulam aspectos de identidade e (re)existência cultural dos povos originários, enfatizando a valorização da cultura ancestral e a reafirmação da identidade indígena frente aos desafios da diáspora urbana. Para tal intento, o estudo explora tanto o conteúdo e as características estilísticas dos poemas quanto o contexto sociocultural e histórico em que estão inseridos. E as autoras concluíram, portanto, que os poemas analisados funcionam como veículos expressivos da voz ancestral do povo Omáguá/Kambéba, reafirmando a relevância da poesia indígena como manifestação artística, cultural e política.

Juliana Ferreira Vassoler, da Universidade de Brasília e Kleber Aparecido da Silva, da Universidade de Brasília/CNPq, com o artigo intitulado *Abordagens decoloniais nos estudos críticos do discurso: enfoques decoloniais*, visam a promover o debate crítico sobre as abordagens decoloniais nos estudos críticos do discurso com base em diferentes teorias. A proposta foi elaborada a partir dos pressupostos da Linguística Crítica; da Análise de Discurso Crítica; dos Estudos Críticos do Discurso; dos Estudos Culturais; e dos Estudos Decoloniais. Com base nesse aporte teórico e tomando o domínio discursivo como construto de modos de saber, de agir e de ser, os autores apresentaram uma proposta teórica de análise para discursos e práticas sociais antirracistas, a partir do gênero discursivo rap enquanto texto que possibilita a reflexão sobre a decolonialidade. Tem como objetivo observar e sintetizar estruturas linguísticas e seus correspondentes significados semântico-discursivos. Para isso, autores relaciona-se: o eixo do poder ao significado acional, enquanto modos de agir e interagir por meio da linguagem; o eixo do saber ao significado representacional, como projeção de aspectos do mundo; o eixo do ser ao significado identificacional, na qualidade de experiência vivida. Em conclusão, compreende-se que é necessário refletir sobre a língua(gem) enquanto estrutura de poder, abordando discursos antirracistas, representações alternativas em relação às já estabelecidas e identidades raciais em devir. Tal perspectiva envolve praxiologias decoloniais na perspectiva da construção dialógica do conhecimento e da educação, uma vez que rompe com a estrutura hegemônica e insere-se num quadro de insurgência e possibilita ao indivíduo a consciência de ser e estar no mundo de maneira que possa intervir como ser social e político.

Matheus das Chagas Figueiredo, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Bárbara Malveira Orfanò, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no artigo intitulado *A Translinguagem na propaganda “Don’t be loro”*: uma análise semiolinguística, analisaram três cenas presentes nos vídeos publicitários, disponíveis no canal do YouTube, e um cartaz, publicado na página do Facebook da marca, contendo a arte gráfica e o slogan da campanha. A análise revelou uma constante crítica aos modelos audiolinguais de ensino, que utilizam exercícios de repetição como forma primária de procedimentos pedagógicos, e sugere que alunos formados por esta metodologia estariam despreparados para situações reais de comunicação. Além disso, a propaganda contou com recursos multimodais e multissemióticos para a produção de sentido, que auxiliam aqueles que desconhecem o idioma, para a compreensão da mensagem veiculada em inglês. Por fim, por intermédio da dinâmica discursiva do slogan, a empresa se coloca em posição de superioridade da ordem do saber em relação ao seu interlocutor, o cliente, oferecendo-lhe seus serviços educacionais de forma a não o tornar um falante incapaz de usar a língua de forma independente. Desse modo, a propaganda atinge seu objetivo principal, que é o de vender um serviço, fazendo com que a empresa se estabeleça como superior em relação às marcas que ainda apostam em metodologias pouco eficazes, e que tornam o aprendizado do inglês monótono e pouco significativo.

Para finalizar o dossiê, foi realizada uma entrevista com o pesquisador sul-africano Leketi Makalela (um dos organizadores do número), da Universidade de Witwatersrand (África do Sul), que teve como objetivo aprofundar os fundamentos filosóficos e as motivações que guiaram a sua ilustre carreira na área de translinguagem, educação linguística crítica e letramentos, a partir de uma perspectiva Ubuntuizadora, e que oferece aos/as leitores/as deste dossiê temático um olhar aprofundado sobre as forças que moldam a sua investigação e as suas posições teóricas acerca destes construtos no Sul Global.

Em síntese, o presente número temático problematiza os construtos translinguagem, educação linguística crítica e letramentos em comunidades do Sul Global, desafiando as versões euro-americanas da realidade sob o termo guarda-chuva – Sul Globais. Foram submetidos 26 (vinte e seis) propostas de artigos para este dossiê temático, e a partir das normas da Revista Fórum Linguístico/UFSC e do Scielo.br, aceitamos 12 (doze) artigos e 1 (uma) entrevista que, contemplam, por sua vez, os seguintes temas: i) letramentos e línguas/culturas indígenas e/ou negras na educação; ii) discursos de sala de aula e pedagogias; iii) translinguagem; iv) epistemologias e multilinguismo no Sul Global; v) multilinguismo digital na educação; e vi) decolonização do ensino das línguas e dos letramentos.

Agradecemos o Editor Chefe da Revista Fórum Linguístico - Atilio Butturi Junior, *que nos acompanhou e nos auxiliou durante todo o processo de organização, análise, avaliação, revisão e materialização desta empreitada acadêmica*. E também agradecemos aos 42 (quarenta e dois) pareceristas que investiram o seu tempo na avaliação às cegas dos artigos submetidos e que elaboraram pareceres substanciados. Esperamos que nosso dossiê temático possa trazer contribuições sólidas para a Linguística Aplicada brasileira, a partir de perspectivas críticas e/ou decoloniais e igualmente possa – parafraseando Collins (2019) – desafiar estruturas de poder a partir do seu interior, trabalhando as rachaduras do sistema o que requer, não obstante aprender a falar várias línguas de poder de forma convincente.

REFERÊNCIAS

- ANTIA, B. E; MAKONI, S. *Southernizing Sociolinguistics: Colonialism, Racism, and Patriarchy in Language in the Global South*. London, UK: Routledge, 2023.
- BADE, D. Edward said, Roy asked, and the peasant responded: Reflections on peasants, popular culture and intellectuals. *In: MAKONI, A.; KAIPER-MARQUEZ, A.; Verity, D. (ed.). Integrationism and Southern Theory*. Routledge Press, 2021.
- COLLINS, P. H. *Interseccionalidade: As critical social theory*. Durham: Duke University Press, 2019.
- CUSICANQUI, S. R. *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires : Tinta Limón, 2010.
- KEATING, C. *Coloniality of knowledge, Ch'ixinakax utxiwa, and intercultural translation: The (im)pertinence of language and discourse studies*. *Language, Culture and Society*, v. 1. n. 1, p. 141-146, 2019.
- MAKONI, S.; KAIPER-MARQUEZ, A.; MOKWENA, L. *The Routledge Handbook of Language and the Global South/s*. London: Routledge, 2022.
- MAKONI, S. Conflicting reactions to chi'ixinakax utxiwa. *Language, Culture and Society*, v. 1, n. 1, 2019.
- PENNYCOOK, A. *Disinventing and Reconstituting Languages*. London, UK: Routledge
- MBEMBE, A. *O fardo da raça: Entrevista com Achille Mbembe a Arlette Fargeau e a Catherine Portevin*. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1, 2018.
- MEDINA, J. *Speaking from Elsewhere: A new contextualist perspective on meaning, identity, and discursive agency*. New York: State University of New York Press, 2006.
- NDLOVU; F.; LEKETI, L. *Decolonising Multilingualism in Africa: Recentering Silenced Voices from the Global South*. London, UK: Routledge, 2020.
- PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. *Applied Linguistics from the Global South*. London, UK: Routledge, 2019.
- REZENDE, T. (no prelo) *Tensionando a razão moderna colonial escravagista*.
- ROCHA, C. H. Educação linguística na liquidez da sociedade do cansaço: o potencial decolonial da perspectiva translíngua. *D.E.L.T.A.*, v. 35, n. 4, p. 1-39, 2019.
- ROCHA, C. H.; MACIEL, R. F. Ensino de língua estrangeira como prática translíngua: articulações com teorias bakhtinianas. *D.E.L.T.A.*, v. 31, n. 2, p. 411-445, 2015.
- SEVERO, C. G.; MAKONI, S. Língua e raça no Brasil colonial. *International Journal of the Sociology of Language*, p. 15-53, 2023.
- SILVA, K. A. (org.). *Linguagem e interseccionalidade em lutas por direitos*. São Paulo: Editora Contexto, 2024.
- SILVA, K. A.; COBUCCI, P. *Perspectivas decoloniais em estudos da linguagem*. Campinas: Mercado de Letras, 2024.

SILVA, K. A.; RAJAGOPALAN, K. *Políticas Linguísticas no Brasil: rumos, contornos, perspectivas e meandros*. Campinas: Mercado de Letras, 2024.

